



Capítulo 1

Produção Familiar e Agroindústria Rural

Cleísa Brasil da Cunha Cartaxo

Dorila Silva de Oliveira Mota Gonzaga

Francisco de Assis Correa Silva

Produção familiar

A agricultura familiar engloba uma série de atividades desenvolvidas no meio rural, compreendendo não apenas produtores agrícolas, mas, também, pescadores artesanais, criadores de animais, povos indígenas, populações ribeirinhas e extrativistas (Silva, 2014).

Atualmente, o desempenho desse segmento e as políticas públicas a ele direcionadas são os principais eixos para se discutir as questões inerentes ao desenvolvimento rural. Como resultado do reconhecimento da agricultura familiar e do papel estratégico que vem cumprindo para o desenvolvimento econômico, social e para a produção de alimentos no mundo, em 2014, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) celebrou o Ano Internacional da Agricultura Familiar.

A participação da agricultura familiar na produção de alimentos engloba novas formas de organização familiar, que não a genérica, quando se trata de produção agroalimentar e de alimentação adequada.

da e saudável, em que se valorizam as culturas alimentares e a sociobiodiversidade. Na mesma direção desempenha múltiplos papéis e atividades diversificadas, resultado da forma de interação dos agricultores familiares nos seus respectivos territórios, preservando os tecidos sociais, a relação com a natureza e a sustentabilidade ambiental (Grisa; Schneider, 2015).

Sulzbacher (2009) ressalta que a realidade do espaço rural e de seus sujeitos mostra que é primordial a busca por um desenvolvimento pautado em experiências e iniciativas locais, o que, por certo, ajuda a promover a organização e a interação entre os agricultores, os agentes locais e as instituições públicas nas diferentes escalas de poder. A partir daí, podem-se criar espaços permanentes de discussão a fim de construir estratégias viáveis e que venham a atender os anseios sociais, ambientais e econômicos das famílias rurais, permitindo aos agricultores a permanência em suas propriedades, agregados às suas famílias.

Assim, constata-se que o desenvolvimento da agricultura familiar deve ser guiado pelo pensamento de preservação dessas relações, de forma a criar condições para a interação com a sociedade, além de considerar, de forma integral, os aspectos culturais, econômicos e ambientais que envolvem essas comunidades.

Na busca por alternativas viáveis de produção, tem-se verificado a crescente valorização dos produtos orgânicos e agroecológicos, os quais agregam um conjunto de valores perseguidos e viabilizados pelo mercado consumidor (Espindola et al., 2006; Wesz Junior et al., 2009).

Nesse sentido, Lopes (2014) pontua a necessidade de se incorporar às atividades desenvolvidas no âmbito da agricultura familiar medidas e práticas que garantam sustentabilidade a partir das três principais dimensões, quais sejam: econômica, ambiental e social.

Conforme frisam Grisa e Schneider (2015), isso é, justamente, o que vem acontecendo nas últimas décadas, em que a categoria passou por grandes mudanças para adaptar-se à nova lógica de produção que demanda equilíbrio entre atividade agrícola, necessidades econômicas, fatores sociais e problemas ambientais. Os autores avaliam ainda que as duas décadas anteriores foram pródigas no que se refere à criação e execução de um amplo espectro de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Políticas essas que podem ser agregadas e sistematizadas em três referenciais: o viés agrícola e agrário; as políticas sociais e assistenciais; e a construção de mercados para a segurança alimentar e nutricional anexados à sustentabilidade.

No que se refere à agricultura familiar na região Norte, é fortemente influenciada pelas condições ambientais da Amazônia, marcada pelo isolamento de outras regiões mais desenvolvidas e até mesmo dentro da própria região, além das dificuldades de acesso para escoamento da produção e de logística para os mercados. Ademais, enfrenta a má execução das políticas públicas e falta de apoio governamental à categoria.

A Amazônia brasileira, segundo analisa Schröder (2010), caracterizada por suas particularidades, requer um tratamento diferenciado quando se trata de planejar e promover seu desenvolvimento, pois é uma região de rica biodiversidade e tem o singular desafio de manejar de forma sustentável o seu capital natural.

Assim como no contexto nacional, atualmente a Amazônia enfrenta desafios nas políticas de desenvolvimento, visto que sua população vem crescendo acima da média nacional, vivendo em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com uma rede urbana marcada pela presença significativa de municípios de pequeno porte, uma inadequada e insuficiente infraestrutura regional, com algumas readequações e ampliações que podem acarretar mais danos do que desenvolvimento regional, conflitos fundiários resultantes da limitação das políticas de ordenamento territorial e regularização fundiária vigente, e um modelo extensivo de exploração do capital natural e de expansão da fronteira agrícola e do agronegócio (Schröder, 2010).

Freitas et al. (2013) avaliam que um dos problemas enfrentados na agricultura amazônica é a forma cultural de como se desenvolve e é praticada. Primeiro se substitui a vegetação nativa pelos cultivos que diferem no tipo de porte e ciclo de vida, desprotegendo o solo. Segundo, como a cobertura vegetal é responsável pelo equilíbrio e suporte dos ecossistemas, sua ausência implica em múltiplos problemas ambientais, como a extinção de espécies, erosão dos solos e redução da biodiversidade. Além disso, o desenvolvimento da produção agrícola passa pela deficiência da orientação técnica.

No entanto, segundo Noda (2000), a agricultura familiar também constitui uma das formas de produção utilizada por populações tradicionais da Amazônia, contemplando em seus sistemas padrões sustentáveis de uso e manejo da terra.

Estabilizar os sistemas de produção tradicional é um desafio que tem exigido grande esforço da pesquisa e desenvolvimento.

A discussão da agricultura familiar na Amazônia pode ser pensada a partir de como as unidades familiares são compreendidas, por meio da forma como esses grupos familiares relacionam as questões agrícolas às ambientais. Isso abrange o modelo de desenvolvimento sustentável, analisando as principais vantagens e desvantagens para ter acesso à dinâmica da propriedade e de como essa propriedade se relaciona com os fatores sociais.

Segundo Hurtienne (2005), grande parte da população rural da Amazônia é de agricultores com estabelecimentos de pequeno a médio porte, nos quais a produção familiar destina-se basicamente aos mercados locais, regionais e nacional. Predomina uma tendência à diversificação dos sistemas de produção de culturas perenes, pequena criação e pecuária mista. Na Amazônia, há diversas formas de agricultura familiar nos diferentes ambientes existentes, ou seja, terra firme, várzea e estuário.

O mesmo autor ainda afirma que na Amazônia já não se fala em agricultura migratória de derruba e queima, mas em sistemas de produção agropecuários complexos, incluindo sistemas agroflorestais, em consórcio com culturas perenes, árvores frutíferas, extração de produtos florestais não madeireiros e a pequena e grande criação.

É importante perceber que as formas originais de produção familiar na região vêm do saber das populações tradicionais. Noda e Noda (2003) reúnem autores que afirmam o papel das populações indígenas na moldagem da paisagem natural da floresta e que suas práticas permanecem nas populações rurais amazônicas ainda hoje.

Na região, a produção familiar compreende uma diversidade de práticas tradicionais de produção, quais sejam: a roça ou roçado; a capoeira ou área de pousio; o sítio, o terreiro ou o quintal; o extrativismo vegetal e animal; e a criação animal.

Todas essas formas de produção apresentam uma lógica peculiar de uso da terra, respeito às relações de gênero e à diversidade biológica e cultural. Na roça ou roçado são cultivadas as espécies anuais, com o período de pousio após dois ciclos. Essa área, que permanece em repouso por alguns anos, volta a ser utilizada com culturas anuais e enriquecida com frutíferas perenes.

O sítio, terreiro ou quintal é uma área próxima à moradia da família, que foi separada para cultivo contínuo de frutíferas, hortaliças, plantas medicinais, entre outras. Em geral é manejada por mulheres e crianças.

Em área de floresta são coletados tanto produtos alimentícios como remédios, aromáticos, gomas, fibras, entre outros. É exercida a caça de animais para alimento e a pesca se faz nos rios das bacias hidrográficas. Os produtos extraídos de maior expressão econômica no mercado formal são a castanha-do-brasil, o açaí e a borracha. Quanto à produção animal, nesse sistema são criados animais de pequeno e médio porte, como aves e suínos.

Analisando esses sistemas, Noda e Noda (2003) observam que os fatores de produção mais importantes, disponíveis ao agricultor tradicional na Amazônia, são os recursos naturais e a força de trabalho que, ao se combinarem, irão gerar o produto que pode circular no âmbito da cadeia produtiva para reprodução da unidade familiar e sustentabilidade ambiental da produção.

Nesse circuito de produção familiar os produtos gerados são destinados ao consumo da família e divididos com membros da comunidade, contribuindo para a estabilidade e a permanência das comunidades rurais. Já o produto excedente transforma-se em mercadoria (Noda e Noda, 2003).

Os mesmos autores verificaram que o agricultor familiar procura otimizar o uso dos recursos disponíveis, uma vez que os insumos necessários são de difícil acesso. Além disso, o agricultor mantém altos os níveis de biodiversidade, recicla nutrientes e extrai recursos naturais até o limite de sua produção.

No sentido de promover a produção familiar na Amazônia, Conceição et al. (2009) em seus estudos sugerem que o desenvolvimento da atividade requer a inserção de novas tecnologias que visem facilitar a relação entre homem e natureza e a valorização do conhecimento tradicional, para juntos atuarem na promoção de práticas sustentáveis na região.

Agroindústria rural

A agroindustrialização entra em um contexto de diversificação da produção familiar, contribuindo para a viabilidade e sustentabilidade de cadeias produtivas locais uma vez que compreende o beneficiamento e/ou a transformação dos produtos provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde processos simples, como secagem, classificação, limpeza e embalagem, até processos mais complexos que incluem operações física, química ou biológica. A agroindustrialização inclui também o artesanato no meio rural (Programa..., 2004).

Enquanto estratégia de desenvolvimento, principalmente voltada à produção familiar, a agroindustrialização tem sido objeto de políticas públicas e busca, sobretudo, promover a agregação de valor aos produtos oriundos da agricultura familiar. Assim, essa atividade contribui para minimizar perdas da produção primária, gerar novas oportunidades de trabalho e criar condições para elevação de renda (Prezotto, 2002).

Wesz Junior (2010) afirma que é expressivo o número de agricultores familiares que passaram a desenvolver a atividade de agroindustrialização da produção como consequência da baixa rentabilidade das demais atividades exercidas, até então, dentro da propriedade. Isso significa que as outras fontes de renda, na maior parte dos casos ligadas estritamente à agricultura, não eram mais suficientemente rentáveis para garantir sua reprodução social.

Mior (2005) comenta que a agroindústria familiar rural é a forma de organização em que a família rural produz, processa e transforma parte de sua produção agropecuária, visando à agregação de valor de troca que se realiza na comercialização.

A agregação de valor promovida pela agroindustrialização da produção familiar, ao fortalecer a produção e incentivar a fixação das famílias no campo, contribui para a reversão dos problemas sociais do meio rural (Prezotto, 2002; Maciel et al., 2012).

Em virtude dos agricultores familiares estarem diretamente envolvidos na gestão e na produção de seus produtos, uma das variáveis, que tem sido destacada em praticamente todos os estudos realizados em agroindústrias familiares, diz respeito ao incremento promovido na renda das famílias que desenvolvem essa atividade, mesmo que nem sempre seja tão expressivo em termos monetários.

A importância da complementaridade da renda advinda da agroindustrialização da produção consiste, principalmente, na possibilidade de redução da instabilidade econômica das famílias. Além disso, uma vez que não necessita de grandes extensões territoriais, pois sua viabilidade está na agregação de valor ao produto, a atividade possibilita aos próprios agricultores e suas famílias realizarem o beneficiamento da produção, sem menosprezar suas áreas de cultivo (Wesz Junior et al., 2009).

Complementando a afirmativa acima, Sulzbacher (2009) observa que nas localidades onde as agroindústrias familiares rurais se estabelecem com sucesso, ocorre uma série de mudanças, principalmente, quanto à qualidade de vida dos sujeitos envolvidos.

Diversas são as denominações utilizadas para caracterizar a estrutura agroindustrial de pequeno porte. Prezotto (2002) relaciona as seguintes: pequena agroindústria, agroindústria familiar, pequena unidade industrial, pequeno estabelecimento industrial, estabelecimento industrial de pequena escala, agroindústria caseira, agroindústria artesanal e agroindústria de produtos coloniais.

Cada tipo de agroindústria apresenta as suas peculiaridades culturais, sociais e econômicas, conforme seu raio de inserção local ou regional.

Com base no Código Civil Brasileiro, esses empreendimentos são classificados em três modalidades: associação, fundação e sociedade. As sociedades, por sua vez, caracterizam-se como empresas ou cooperativas, dependendo de sua finalidade (com ou sem fins lucrativos). Todas essas modalidades podem abrigar empreendimentos de porte familiar (Carrazza et al., 2012).

Faz-se necessário sempre ressaltar que todo e qualquer empreendimento que atua com produção e comercialização de produtos agroindustriais deve buscar formalizar sua atividade de acordo com a legislação sanitária, ambiental e fiscal/tributária, mesmo que seus produtos sejam comercializados em nível local.

No entanto, a dificuldade de atendimento à legislação tem sido apontada como um dos fatores mais limitantes ao crescimento e viabilidade das agroindústrias familiares, tanto de produtos de origem animal como vegetal.

Peres et al. (2009) alegam que isso se deve ao fato de que a legislação vigente para as agroindústrias no País foi elaborada para atender às indústrias de grande escala.

Só recentemente é que esforços vêm sendo realizados por parte de órgãos públicos regulamentadores, para considerar a realidade dos empreendimentos de pequeno porte na definição das normas sanitárias.

Essas adequações da legislação atual têm se baseado em análises do risco efetivo existente no processamento de alimentos por agroindústrias familiares e na definição das condições necessárias para a garantia de produtos seguros.

Além da necessidade de atendimento aos aspectos legais, as questões de ordem tecnológica, gerencial e de mercado impõem importantes barreiras que dificultam a inclusão produtiva, o acesso a políticas públicas e a inserção em mercados de produtos agroindustrializados, causando, dessa forma, forte desencontro entre a produção familiar e o consumo.

Historicamente, as agroindústrias processadoras têm um papel de destaque na absorção da produção familiar. Sua importância é crescente na medida em que os mercados aumentam sua capacidade de consumo de produtos com maior valor agregado.

Assim, as agroindústrias podem apresentar diferentes graus de complexidade tecnológica e atender a níveis de exigências de mercado muito variados. Podem desenvolver diversas fases do processamento e atender a mercados internacionais ou domésticos, com diferentes tipos de consumidores.

Na medida em que buscam se inserir em mercados específicos e se dispõem a atender a níveis mais elevados de exigências dos consumidores, as agroindústrias processadoras necessitam assumir também funções mais complexas da gestão do empreendimento, com o objetivo de se manterem competitivas (Sousa Filho; Bonfim, 2013).

Nesse sentido, Carpes e Sott (2007) destacam que as unidades agroindustriais familiares de pequeno porte não diferem das médias e grandes agroindústrias quanto à forma de gestão, no que diz respeito à importância de instrumentos gerenciais como, por exemplo, o controle de seu patrimônio. Elas necessitam de métodos eficientes de controle de custos de produção e das receitas como qualquer grande organização, buscando garantir sua sobrevivência.

Em um ambiente competitivo, os gestores devem estar em sintonia com as mudanças e avanços típicos do meio empresarial. Sousa Filho e Bonfim (2013) ponderam que a adoção de inovações em gestão, comercialização e produção agrí-

colas por parte dos agricultores familiares sempre constituiu um grande desafio, dadas suas limitações e carências estruturais.

Programa... (2010) destaca que em agroindústrias de pequeno porte é essencial para a viabilidade do empreendimento a perfeita adequação entre os fatores de produção como: modelo tecnológico, tamanho da construção, dimensionamento dos equipamentos, escala de produção, disponibilidade de matéria-prima e de mão de obra e o potencial de mercado para absorção dos produtos. Quanto mais esses pontos estiverem ajustados entre si, maior a possibilidade de obter um custo unitário final menor, sem perder de vista a qualidade desejada do produto.

A diferenciação dos produtos das agroindústrias de pequeno porte, apesar de positiva para a inserção desses no espaço de mercado, não é suficiente para garantir sua consolidação. Por isso, há necessidade de identificar e adotar ferramentas adequadas de gestão que venham a contribuir para a sua viabilidade, de forma a torná-las competitivas no mercado global de comercialização de produtos agroindustrializados.

Referências

- CARPES, A. M. da S.; SOTT, V. R. Um estudo exploratório sobre a sistemática de gestão de custos das agroindústrias familiares, estabelecidas no extremo oeste do Estado de Santa Catarina. **Custos e @gronegócios online**, v. 3, n. 1, jan./jun. 2007.
- CARRAZZA, L. R.; NOLETO, R. A.; FILIZOLA, B. de C. (Org.). **Normas fiscais, sanitárias e ambientais para regularização de agroindústrias comunitárias de produtos de uso sustentável da biodiversidade**. 2. ed. Brasília, DF: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2012. 75 p. (ISPN. Cadernos).
- CONCEIÇÃO, S. G. da; FRAXE, T. de J. P.; SCHOR, T. Agricultura familiar e capitalismo: desafios para a continuidade da categoria na Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. p. 1-16.
- ESPINDOLA, J. A. A.; ALMEIDA, D. L. de; MENEZES, E. de L. A.; GUERRA, J. G. M.; NEVES, M. C. P.; FERNANDES, M. do C. de A.; RIBEIRO, R. de L. D.; ASSIS, R. L. de; PEIXOTO, R. T. dos G. Boas práticas de produção orgânica vegetal na agricultura familiar. In: NASCIMENTO NETO, F. de (Org.). **Recomendações básicas para a aplicação das boas práticas agropecuárias e de fabricação na agricultura familiar**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. p. 117-127. (Programa de agroindustrialização da agricultura familiar).
- FREITAS, J. da L.; SANTOS, E. S. dos; SILVA, R. B. L. e; SILVA, T. de L. Comparação e análise de sistemas de uso da terra de agricultores familiares na Amazônia. **Biota Amazônia**, v. 3, n. 1, p. 100-108, 2013.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. 624 p. (Série estudos rurais).
- HURTIENNE, T. Agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável da Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, p. 19-71, jun. 2005.
- LOPES, M. A. **A Embrapa no ano internacional da agricultura familiar**. Brasília, DF, 09 jul. 2014. Videconferência.
- MACIEL, R. C. G.; LIMA JUNIOR, F. B.; SIMOURA, F. A.; BRITO, A. P. D. Inovação, reforma agrária e a agricultura familiar: o caso da produção e processamento do palmito no projeto de desenvolvimento sustentável Bonal. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50., 2012, Vitória. **Anais...** Vitória: Sober, 2012.
- MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó, SC: Argos, 2005. 338 p.
- NODA, H. (Coord.). **Pequena produção de terra firme no estado do Amazonas**. Manaus: INPA, 2000. 15 p. (Inpa. Série documentos, 5).

NODA, H.; NODA, S. do N. Agricultura familiar tradicional e conservação da sociobiodiversidade amazônica. **Interações**: Revista Internacional do Desenvolvimento Local, v. 4, n. 6, p. 55-66, mar. 2003.

PERES, P. C.; RAMOS, V. G.; WIZNIEWSKY, C. R. F. A produção de derivados da cana-de-açúcar como alternativa para a agricultura familiar: estudo de caso na agroindústria familiar rural Lazzaretti e Picolotto – Constantina/RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. p. 1-19.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas UFSC**, n. 31, p.133-154, 2002.

PROGRAMA de agroindustrialização da produção dos agricultores familiares 2003-2006: documento referencial. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004. 42 p.

PROGRAMA de agroindustrialização da produção da agricultura familiar. **Experiência da Rede Agro de agroindústrias da agricultura familiar**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. 33 p.

SCHRÖDER, M. Desenvolvimento rural, meio ambiente e políticas públicas: os caminhos para o fortalecimento da agricultura familiar na Amazônia brasileira. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 3, n. 3, p. 53-67, 2010.

SILVA, J. G. da. **A Embrapa no ano internacional da agricultura familiar**. Brasília, DF, 09 jul. 2014. Videoconferência.

SOUSA FILHO, H. M. de; BOMFIM, R. M. Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos. In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro**: ganhar tempo é possível? Brasília, DF: CGEE, 2013. p. 71-100.

SULZBACHER, A. W. Agroindústria familiar rural: caminhos para estimar impactos sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. p. 1-25.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L.; FILIPPI, E. E. Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 6, n. 63, p. 59-85, jul./dic. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0122-145020090002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2015.

WESZ JUNIOR, V. J. Política pública de agroindustrialização na agricultura familiar: uma análise do Pronaf – agroindústria. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, n. 4, out./dez. 2010.